M E – SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
RECORTES DE IMPRENSA

JORNAL DE NOTICIAS Pg. 9

Nº 059 49 /88

ENSINO SUPERIOR/INVESTIGAÇAO/OPINIAO

Situação verdadeiramente insólita

APOIOS COMUNITÁRIOS PREJUDICAM ORGANISMOS DE INVESTIGAÇÃO

– denuncia o prof. Leopoldo Guimarães

Em entrevista publicada no último número (Março/Abril) de «Informação IPE», o prof. Leopoldo Guimarães, director da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa, denuncia uma situação verdadeiramente insólita: os apoios e projectos comunitários canalizados para o nosso país estão a tornar-se prejudiciais para diversas instituições portuguesas voltadas para a investigação.

Na origem desta situação que parece questionar seriamente a política portuguesa de investigação e desenvolvimento, estão motivos que se prendem quer com exigências de natureza burocrática quer com as dotações orçamentais e o modo como são geridas.

Na entrevista concedida à revista daquela «holding» estatal, o prof. Leopoldo Guimarães esclarece:

«Quando a Comunidade financia um dado projecto dentro de um programa, fá-lo, normalmente, a 50% dos custos totais, incluindo os salários (verbas avultadíssimas, aliás, para os «standards» portugueses). Isto significa, portanto, que a instituição em causa tem que se comprometer a obter os restantes 50%. Ora bem, como são alcançados esses 50% da parte portuguesa? Nunca com uma comparticipação assumida das entidades que de certa forma tutelam a investigação e o desenvolvimento em Portugal. A atitude oficial é esta: vão buscar os 50% à Comunidade mas arranjem-se como puderem para os restantes... Desta forma, esses 50% têm de ser obtidos à custa do sacrifício do próprio orçamento que cobre normalmente todas as despesas da instituição em causa. No nosso caso, por exemplo, do orçamento destinado a pagar a água, o telefone, os salários dos professores... Como se não houvesse programas da Comunidade a financiar».

O director da FCT refere, por outro lado, que esta situação se desenvolve à custa de sacrifícios suportados pelas pessoas que trabalham na investigação. Em primeiro lugar porque os vencimentos dos investigadores são apresentados lá fora «de uma forma que não corresponde à realidade» e em segundo lugar porque há uma rubrica nesses projectos, os «overhead», que são calculados a favor da instituição mas em função da massa salarial. Assim — acrescenta Leopoldo Guimarães — «como um português recebe, em geral, um terço daquilo que recebe um europeu na sua instituição, os «overhead» são proporcionalmente calculados em nosso prejuízo».

Na mesma entrevista, aquele professor universitário considera esta situação «inadmissível» e adianta que «ou há uma estrutura que da parte portuguesa financie os outros 50% — que não seja à custa dos orçamentos normais das instituições — ou, então, os projectos comunitários, por insólito que pareça, começam a ser prejudiciais à instituição».

O prof. Leopoldo Guimarães cita, a propósito, o exemplo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, onde apenas quatro ou cinco dos doze departamentos que a integram se encontram ligados a projectos comunitários. Estão neste caso as áreas das tecnologias da informação, biotecnologia, bioquímica, energia, materiais e processos químicos. Assim, os restantes departamentos vêem os seus magros orçamentos prejudicados para se conseguirem os 50% de fundos com que é preciso «acorrer» os projectos comunitários...

Na entrevista, recolhida por Carlos Fiolhais, o director da FCT da Universidade Nova de Lisboa refere um outro pormenor que lhe parece ainda mais insólito:

«A obrigatoriedade inerente de transferirmos os ECU recebidos da Comunidade em escudos, quando a verdade é que o apoio financeiro comunitário se destina, em boa parte, à aquisição de equipamento estrangeiro. De forma que nos vemos obrigados a transformar novamente os escudos em moeda estrangeira para efectuar aquelas compras».

Leopoldo Guimarães, embora reconhecendo a utilidade dos projectos comunitários para o nosso desenvolvimento, alerta para as consequências destas distorções já que, de acordo com as suas próprias declarações a «Informação IPE» se trata de uma situação em que «os escritórios são de tal ordem que podem vir a minar as estruturas».

Estar «sempre em perda e nunca em ganho» é, por outro lado, a realidade com que se confrontam as instituições ligadas à investigação. O prof. Leopoldo Guimarães dá mais um exemplo, com o IVA, ao referir que «não existe entre nós flexibilidade suficiente (ao contrário das regras instituídas na Comunidade) para isentar do IVA as compras que dentro destes projectos é necessário efectuar». «E lá se vão assim mais 17%» — conta o director da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

UNIVERSIDADE DE EVORA

Investigação Orientada

JUL 1 2 3 4 5 6 ✱ 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31